



Cezinha de Madureira (PL) é alvo de operação da PF, autorizada por Dino

Alvo da PF, Cezinha soma R\$ 147,5 milhões em emendas desde 2023

O deputado federal de SP, Cezinha de Madureira (PL), pastor da Assembleia de Deus Ministério Madureira, é alvo da terceira fase da Operação Transparência, deflagrada na segunda-feira (14) pela Polícia Federal. A investigação, autorizada pelo ministro Flávio Dino, do STF, apura suspeitas de irregularidades na destinação de emendas, tráfico de influência, corrupção e lavagem de dinheiro. A PF cumpriu quatro mandados de busca e apreensão em São Paulo e no Distrito Federal. Cezinha foi eleito deputado em 2018 e reeleito em 2022. Segundo levantamento no Portal da Transparência, constam R\$ 147,5 milhões em emendas de autoria do parlamentar entre 2023 e 2026, com maior concentração de recursos na área da saúde. O levantamento não indica que todas essas emendas sejam alvo da investigação. O parlamentar ainda não se posicionou sobre o caso.

Mãe de Carla Zambelli contra a Folha de S. Paulo

A candidata a deputada federal, Rita Zambelli(PL), mãe de Carla Zambelli, teve negado pelo TRE-SP pedido urgente para retirar ou alterar trechos de reportagem da Folha de S.Paulo. Rita contesta o valor de uma doação feita pelo filho(R\$500), a participação atribuída a Carla na campanha e a interpretação de uma fala sobre a inelegibilidade da filha. O juiz Ronnie Herbert afirmou que é preciso analisar o contexto da entrevista e ouvir o jornal antes de decidir o mérito do pedido de direito de resposta.



Rita Zambelli com a filha, Carla, em foto postada em 2025

SP terá mais de 411 mil mesários nas eleições

As Eleições 2026 terão mais de 411 mil mesários e mesárias atuando no Estado de São Paulo, segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP). Desse total, 74% são mulheres. Os convocados trabalharão nas seções eleitorais durante o primeiro turno, marcado para 4 de outubro, e, onde houver, no segundo turno, em 25 de outubro. A Justiça Eleitoral destaca que mesários são responsáveis por organizar a seção, identificar eleitores, controlar o fluxo de votação e garantir o funcionamento dos trabalhos no dia do pleito.

Indústria paulista piorou no 3º trimestre, diz Fiesp

A indústria paulista registrou piora na produção, vendas, custos e investimentos no terceiro trimestre de 2026, segundo levantamento da Fiesp. Todos os indicadores ficaram abaixo de 50 pontos, faixa que indica percepção negativa. A produção marcou 48,7 pontos e as vendas, 44,9. Para o quarto trimestre, empresários mantêm cautela, com expectativa de melhora apenas na capacidade instalada.

Problemas no PSDB

Mário Covas Neto protocolou uma representação na Executiva Nacional do PSDB pedindo a expulsão do candidato a deputado federal, Paulo Serra, do partido e seu afastamento da presidência estadual da legenda. Covas afirma que as regras do PSDB devem valer para todos,especialmente para seus dirigentes, e diz que a medida não se trata de questão pessoal.

Propaganda contra Tarcísio

O TRE-SP determinou que o candidato a deputado estadual, Paulo Fiorilo(PT) interrompa o impulsionamento de vídeo com críticas ao candidato à reeleição de governador, Tarcísio de Freitas(Republicanos). A juíza Domitila Manssur considerou irregular a divulgação paga da frase “Tarcísio INIMIGO das Mulheres”. A ordem deve ser cumprida em 24 horas, sob multa.

Ônibus “Fora Lula”

A coligação Desperta São Paulo , de Fernando Haddad(PT)acionou a Justiça Eleitoral contra Ricardo Salles(Novo) após um veículo com propaganda do candidato ao Senado voltar a circular em São José do Rio Preto após o material ter sido considerado irregular pela própria Justiça. A juíza Claudia Fanucchi decidiu ouvir a defesa antes de tomar outras medidas.

Associou PT ao crime

Outro pedido negado pela coligação de Haddad (PT) buscava suspender propaganda de Guilherme Derrite(PP), que associa 20 anos de governos do PT ao fortalecimento do crime organizado no país. O TRE-SP negou a liminar por entender que é necessário analisar melhor o contexto das falas antes de decidir se houve propaganda degradante.

Publicação falsa

O TRE-SP mandou retirar posts dos perfis Espaço Brasil e République que afirmavam que Erika Hilton(PSOL), candidata da deputada federal, seria fundadora e presidente de entidade beneficiada por emendas destinadas por ela. A juíza Claudia Fanucchi apontou indícios de que a informação não tem respaldo nos documentos.

47 anúncios impulsionados

A Justiça Eleitoral negou pedido da coligação de Tarcísio de Freitas(Republicanos) para retirar 47 anúncios patrocinados pela candidata a deputada federal, Luna Zarattini(PT) e suspender o impulsionamento. A juíza entendeu que é preciso analisar cada conteúdo para definir se houve propaganda negativa irregular ou crítica política legítima.



Texto foi apresentado pelo Deputado Estadual Márcio Nakashima (PSD)

Projeto na Alesp prevê banheiro para pessoas trans em locais públicos

Proposta protocolada na Alesp prevê prazo de um ano para adaptação e multa

Da **Redação**

Um projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) prevê a instalação de banheiros destinados a pessoas transgênero em estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo no Estado. A proposta é de autoria do deputado estadual Marcio Nakashima (PSD) e estabelece prazo para adaptação dos locais, além de multas em caso de descumprimento.

Pelo texto, órgãos da administração estadual, shopping centers, supermercados, centros comerciais, cinemas, teatros, casas de espetáculos, terminais de passageiros, estádios, ginásios e instituições de ensino públicas e privadas deverão disponibilizar a instalação. Restaurantes, bares e lanchonetes com capacidade superior a 50 pessoas também seriam alcançados pela regra.

O projeto define o chamado “banheiro trans” como uma instalação sanitária destinada prioritariamente a pessoas cuja identidade de gênero não corresponda ao sexo registrado no nascimento. Os espaços poderão ser individuais ou coletivos e também poderão resultar da adaptação de banheiros já existentes, desde que sejam respeitadas as normas de acessibilidade, higiene e segurança.

Segundo a proposta, a criação desses espaços não poderá resultar na retirada dos banheiros masculinos e femininos já exigidos pelas normas sanitárias e urbanísticas.

Caso o projeto seja aprovado e sancionado, os estabelecimentos já em funcionamento terão um ano, contado da publicação da regulamentação, para fazer as adequações. Para novos empreendimentos sujeitos a licenciamento estadual, a previsão do banheiro específico será requisito para obtenção do alvará ou da licença, nos termos que ainda deverão ser regulamentados.

O descumprimento poderá resultar inicialmente em advertência. Também estão previstas multas entre 500 e 10 mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESPs), gradua-das conforme o porte econômico do estabelecimento. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Na justificativa, Nakashima afirma que a proposta busca oferecer uma alternativa às pessoas transgênero e evitar constrangimentos no uso de instalações sanitárias. O deputado também argumenta que a separação pretende preservar a privacidade e a segurança dos demais usuários. O projeto ainda precisa passar pela tramitação e votação na Alesp.